A REVOLTA POPULAR REVISITADA: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA CABANAGEM*

*Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro***

A Cabanagem, ocorrida na década de 1830 na Província do Grão-Pará (diferenciando-se assim da Cabanada alagoana de 1831), tem sido enfatizada como uma das mais importantes revoltas populares ao longo da história do país, embora até hoje não tenha conseguido atrair uma gama de estudos e pesquisas que fosse equivalente ao impacto por ela produzido tanto no cenário regional, quanto no nacional.

A magnitude da revolta se explicita de maneiras diversas, seja na destituição violenta dos representantes do poder imperial; seja na inédita escolha de três presidentes de província oriundos das hostes rebeladas; seja ainda na radicalidade latente das propostas políticas veiculadas (autonomia política, forma de governo republicano, abolição da escravatura, etc.); seja, por fim, no furor repressivo que resultou na morte de aproximadamente 40.000 pessoas em toda a região.

O entendimento de um movimento de rebeldia popular dessa magnitude não constitui tarefa de fácil execução, e, talvez por isso, o conjunto de trabalhos que constituem a produção historiográfica sobre o tema tenha produzido interpretações tão díspares e até mesmo contraditórias.

---

* Este artigo reproduz trechos da tese de doutorado *Nos subterrâneos da revolta, trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. São Paulo, PUC, 1998.

** Doutor em História pela PUC-SP e Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

A diversidade de abordagens tem sido tão grande que um leitor desatento de dois dos livros mais emblemáticos sobre o assunto, os produzidos por Domingos Raiol e Jorge Hurley, teria alguma dificuldade em perceber que ambos tratavam do mesmo tema[1]. Com efeito, se até as duas primeiras décadas do século, a revolta foi tradicionalmente recuperada como um movimento de celerados, motivada quase que exclusivamente pelo caráter irracional e instintivo das hordas "semi-bárbaras" de negros, índios e mestiços que compunham a sociedade paraense, o papel de destaque foi atribuído mais às autoridades repressivas, como Francisco José Soares d'Andréa, do que aos rebeldes; nos anos 1930, ela acabou sendo retomada a partir de uma visão que passou a entender a revolta a partir do campo das contradições estabelecidas entre metrópole e colônia, enfatizando assim não só o caráter nativista do movimento, como também o papel "heróico" desempenhado pelos rebeldes, em especial por algumas de suas lideranças.

Essa distinção da produção historiográfica surgida na década de 1930 parece marcante, já que subverte as abordagens tradicionais no mesmo instante em que reavalia o papel dos atores sociais. Contudo, nem por isso é possível argumentar que as "novas" interpretações signifiquem uma ruptura abrupta com o conjunto das idéias produzidas pelos historiadores do passado. São antes a tentativa de estabelecer uma atualização do entendimento da revolta a partir de preocupações de um nacionalismo revigorado e amplificado que, nos primeiros anos do século atual, principalmente depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, começa a se fazer presente na produção historiográfica brasileira, notadamente na produzida pelos Institutos Históricos.[2]

Uma síntese acabada da ambigüidade latente nas interpretações desse novo momento historiográfico pode ser percebida na celebração festiva do "centenário" da Cabanagem em Belém, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA) e largamente patrocinado pelo governo estadual, que, por meio de lei, transformou

---

1 Raiol, D. A. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2 ed. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols. A primeira edição, em 5 volumes, saiu nos anos 1865, 1868, 1883, 1884 e 1890; Hurley, J. "Traços Cabanos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, v. 10, 1936, pp. 3-284.

2 Cf. Oliveira, L. L. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990, esp. cap. 6, pp. 127-143; Scwarcz, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*, esp. cap. 4, pp. 99-140.

a data em feriado cívico e apoiou diversas manifestações culturais (palestras, seminários e até desfile estudantil) que tinham por objetivo a sua rememoração.

A primeira ambigüidade aparece materializada já na própria data escolhida para a celebração do "centenário", o 13 de maio de 1836, uma vez que ela remete diretamente ao momento em que, cem anos antes, os cabanos foram expulsos da capital da província pelas forças legais lideradas por Soares d'Andréa. Tratava-se, portanto, da glorificação não da Cabanagem, mas de sua derrocada.

Da mesma forma, a ambigüidade também tomou conta das principais solenidades públicas – todas elas ancoradas na mais estrita ritualística formal – já que, no mesmo dia, duas das mais emblemáticas personagens que há um século pelejavam em campos opostos, passavam a ser igualmente exaltados como "heróis" da história paraense. A primeira, Eduardo Nogueira Angelim, líder cabano que assumiu o governo provincial – e por isso tratado pela historiografia precedente como "presidente intruso" – ganhava o direito de figurar pela primeira vez na galeria dos ex-presidentes do salão nobre do IHGPA. A segunda, Soares d'Andréa, militar destacado pela Regência para reprimir o movimento cabano, foi agraciado com a inauguração de um busto de bronze em uma das principais praças de Belém.

Foi precisamente o conjunto de contradições e ambigüidades percebidas nas re-presentações historiográficas da Cabanagem que me impulsionou a uma reflexão mais demorada que resultou em minha tese de doutorado. Minhas preocupações pressupu-nham trabalhar em duas frentes, intimamente articuladas. A primeira delas buscava suscitar uma melhor compreensão daquelas representações, inquirindo acerca do lugar social onde elas foram produzidas e consumidas. Já a segunda seria uma tentativa de entendimento da revolta a partir de um amplo conjunto de novas hipóteses que vinham marcando há algumas décadas o cenário internacional dos estudos historiográficos, principalmente aqueles voltados para a análise dos movimentos sociais característicos de uma fase anterior à consolidação do capitalismo.[3]

---

3 Sem pretensão de esgotar o conjunto de obras produzidas neste campo, caberia destacar: Thompson, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg*. São Paulo, 1998; Rudé, G. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Campus, 1991; Davis, N. Z. *Culturas do Povo*: sociedade e cultura no início da França moderna. Trad. Mariza Correa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Samuel, R. (Ed.). *Historia Popular y Teoría Socialista*. Barcelona, Grijalbo, 1984 e Krantz, F. (org.). *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

A historiografia da Cabanagem

No plano historiográfico, busquei demarcar não apenas os principais marcos de ruptura nas representações historiográficas, mas também seus pontos de intercessão, os momentos em que os desdobramentos analíticos produzidos convergiam para pontos comuns. Identifiquei três momentos específicos: a historiografia do século XIX e das duas primeiras décadas do atual, cujo expoente seria Domingos Raiol; a produção oriunda de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, cujo epicentro seriam os trabalhos de Jorge Hurley nos anos 1930 e, finalmente, as chamadas interpretações "críticas" que, embora referenciadas a partir da obra pioneira de Caio Prado Júnior[4], só lograram solução de continuidade a partir dos anos finais da década de 60.[5]

Já na abertura da tese, a retomada da historiografia da Cabanagem foi feita com a intenção de argumentar no sentido de que, embora o tema ainda fosse pouco estudado e continuasse desconhecido do grande público, ele havia sido capaz de suscitar interpretações as mais diversificadas, por onde os autores acabaram envolvendo-se de forma apaixonada na defesa dos vários temas que a rebelião colocara.

Muitas vezes instrumentalizada a partir dos envolvimentos contemporâneos de seus autores, as abordagens da Cabanagem logo cedo passaram a dar vazão a recuperações anacrônicas, ao indicar um sentido e direcionamento ao movimento, sem o necessário cuidado de confrontação dos aportes teóricos com os termos presentes na documentação de época. Também essa, lida freqüentemente de forma acrítica e unidirecional, só era recuperada quando parecia corroborar as perspectivas previamente indicadas.

Embora toda produção historiográfica seja um trabalho de revisitação de um passado que já não pode mais ser apreendido integralmente, o exercício de recuperação a que o historiador se entrega, incorpora como uma dimensão importante (que muitas vezes passa despercebida) a própria tarefa de recriação desse passado. É exatamente essa característica que revigora continuamente o processo de conhecimento e atribui ao trabalho do historiador o caráter de um discurso socialmente localizado, que jamais pode pretender a imutabilidade.

---

4 Prado Júnior, C. *Evolução política do brasil e outros estudos*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

5 Dentre outros: Guimarães, R. "Cabanagem: a revolução no Brasil". *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, nº 4, 1978, pp. 93-130; Chiavenato, J. J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984 e Di Paolo, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 3 ed. Belém, Cejup, 1990.

Menos que criticar a historiografia do movimento cabano para depreciá-lo a partir de um ponto de vista diferenciado ou pretensamente superior, a crítica empreendida levava em consideração estes pontos e buscava, antes, localizar os momentos específicos em que importantes abordagens vieram à tona e generalizaram-se por diversas obras.

Embora no processo de crítica seja comum salientar com maior ênfase os aspectos problemáticos e/ou "negativos", é preciso admitir, no entanto, que a historiografia da Cabanagem está longe de representar um rosário de incongruências e aberrações. Ela foi capaz de esboçar, em momentos diferenciados, propostas interpretativas dinâmicas, que resultaram em contribuições nada desprezíveis para o entendimento do tema.

Nesse particular, quando os historiadores do IHGPA se empenharam na tarefa de apresentar a Cabanagem como movimento nativista, eles não só procederam uma revitalização temática que deu vazão a inúmeros trabalhos, como também conseguiram recuperar o tema das abordagens depreciativas que o entendiam como um movimento de bandidos e celerados, tal como ele é apresentado na obra de Raiol. Da mesma forma, os trabalhos mais recentes, em geral de orientação marxista, jogaram importante ênfase nas contradições sociais mais amplas e estruturais, além de empreenderem esforços para visualizar e compreender a ação das camadas populares no interior do movimento.

Sem desconhecer o impacto positivo de tais interpretações, e até mesmo aceitando e incorporando muitos de seus aportes, buscou-se problematizar as questões que, nelas, pareciam apresentar contradições e/ou limitações importantes. Desta perspectiva, todo o desenrolar da tese foi uma tentativa de rompimento com uma das idéias motrizes que acompanhavam o conjunto dos trabalhos sobre o tema: a noção de unicidade.

Neste caso, as abordagens partiam do entendimento de que os agentes da rebelião formavam um grupo homogêneo e coeso, embora nunca aparecessem definidos com grande precisão. Algumas vezes, tomados como "ralé" ou "populacho", os cabanos acabaram sustentando as abordagens depreciativas dos historiadores do Império, que viam sua emergência na cena política como um acontecimento catastrófico e desarticulador de uma ordem social tida por virtuosa e "civilizada". Com relação à Cabanagem, o historiador que melhor traduziu essa postura foi Raiol, para quem "a anarquia eleva sempre as fezes sociais como a fermentação eleva os gases dos corpos"[6]. Além do mais, onde quer que ela apareça, será sempre como manifestação dos "instintos" maléficos de uma "ralé" insana. Dessa perspectiva, a radicalidade e a violência assumida pelo

6 Raiol, op. cit., p. 384.

movimento cabano terminavam explicadas pelo fato de essa anarquia ter descido "à última escala social".

> Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem nada terem que perder, estes indivíduos estavam dispostos a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte.[7]

De forma bastante diferenciada, tomados a partir de definições igualmente vagas, como "povo" ou como "cidadãos" brasileiros, os cabanos paraenses deram vazão às interpretações da revolta como movimento nativista. Apareciam, agora, identificados como heróis da luta pela destruição da antiga ordem, ainda calcada na proposta colonialista portuguesa e, portanto, como heróis da Independência e da construção do Estado Nacional Brasileiro. É Hurley quem pioneiramente propõe o entendimento da Cabanagem a partir dessa perspectiva, ao sustentar que

> Quem consultar a História verá que a alma brasileira do extremo norte ao sul extremo, é uma só: vibra estuante a mesma dor e a mesma alegria – Tupys e Guaranys eram povo só.[8]

Ocorre que a Cabanagem, da forma como projetada pelos ideólogos da nação, não apresentava mais nenhum risco ou perigo para a ordem estabelecida. Sua "domesticação" havia se efetivado completamente na construção de um modelo explicativo que a supunha unicamente como luta de libertação nacional, paralelamente esvaziando seu conteúdo de crítica social.

A abordagem nativista sustentada pelos historiadores do IHGPA torna compreensível a transformação operada em 1936, quando a lembrança de uma revolta popular extremamente cruenta e contestadora é transformada em festa cívica, sob os auspícios de um governo que nem de longe poderia ser entendido como democrático ou progressista, o que fortalece o entendimento de uma prática bastante comum de manipulação da história, em que o Estado passa a

---

7 Idem, ibidem, p. 805.

8 Hurley, J. "Farrapos e Cabanos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, v. 10, 1936, p. 328. Para o crítica do nativismo na historiografia brasileira, Cf. Silva, R. F. *Colônia e Nativismo: a história como "biografia da nação"*. São Paulo, Hucitec, 1997.

intervir mais concretamente para ritualizar o passado e colocar a seu serviço a memória popular. São os fatos nacionais, as comemorações e os aniversários solenes. (...) Todos esses aniversários e comemorações funcionam exatamente da mesma forma: patrocínio oficial, estatal, de uma celebração histórica, espetáculos de massa com divertimentos populares; esquematização de um evento passado como suporte da ideologia dominante; ocultação dos aspectos não-oficiais do acontecimento escolhido, notadamente das provações e lutas dos setores populares.[9]

Sem romper com o postulado que identificava a Cabanagem a nativismo, um conjunto de novos trabalho, inspirados na abordagem de Caio Pardo, partiam da intenção de pensar a história do movimento cabano sob a ótica da luta de classes, enfatizando como bastante positivo o papel assumido pelas camadas populares. No bojo de suas propostas, a revolta passou a ser explicitada a partir da engrenagem espoliativa e opressora posta em prática pelas classes dominantes. Ao priorizarem o estudo dos aspectos socioeconômicos que engendraram a revolta, contribuíram para inviabilizar e rechaçar como pouco sérias as interpretações tradicionais que buscavam interpretar o movimento a partir de perspectivas psicologizantes e preconceituosas.

Por outro lado, ao buscarem entender a revolta popular a partir do paradigma da "revolução", tido como modelar, já que racional e progressista, esse último conjunto historiográfico acabou produzindo imagens depreciativas que entendiam a revolta como um acontecimento menor, caracterizado como irracional e retrógrado[10]. Tais imagens tendiam, em regra, a oscilar rapidamente da exaltação ao descrédito; da importância à impotência: Assim, enquanto para Chiavenatto, a Cabanagem servia para "demonstrar como um potencial revolucionário sem um projeto político perde-se na mera vingança social"[11]; para Werneck Sodré,

Suas debilidades contrastavam com o vigor das ações empreendidas. Porque na realidade, não tinham organização alguma e nem obedeciam a um conjunto de idéias, um programa

---

9 Chesneaux, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e historiadores*. Trad. Marcos A. Silva. São Paulo, Ática, 1995, pp. 30-31.

10 Para uma crítica de tais postulados, ver: Barreiro, J. C. "A Memória do Trabalho". In: D'Incao, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1989, pp. 101-109; Barreiro, J. C. "O Materialismo Histórico e a Questão da Cultura". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 19, p. 209-218, set. 1989/fev. 1990; De Decca, E. "Rebeldia e Revolução na História Social". In: Bresciani, M. S. et. al. *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo, Marco Zero, 1992, pp. 13-29.

11 Chiavenato, J. J. *As lutas do povo brasileiro*. São Paulo, Moderna, 1993, p. 91.

a que subordinassem a ação governamental, quando no poder, de sorte que o poder os debilitava naturalmente. Não tinham, em suma, teoria e partido capaz de dirigi-los, embora tivessem reivindicações e bravos e decididos chefes, como combatentes.[12]

Uma vez identificados os espaços de tensão das representações historiográficas, impunha-se contrapor argumentos que sustentassem nossa hipótese inicial de um movimento amplo e multiforme, contendo em si contradições profundas que se colocavam ao lado e com o mesmo vigor das oposições tradicionalmente identificadas: mestiços *versus* brancos; brasileiros *versus* portugueses.

Uma primeira base por onde se buscou contrapor esse argumento vinha do próprio interior dessas interpretações, já que, por vezes, os autores pareciam reconhecer tensões internas, sem no entanto explicitá-las como ponto relevante. Pelo contrário, as contradições emergiam sutilmente, como se fossem corpos estranhos que, embora incômodos, acabavam sendo digeridos no interior de um conjunto maior que dava sentido ao todo.

Exemplos dessa tensão apareciam, vez por outra, em momentos nos quais os detratores do movimento viam-se na obrigação de reconhecer virtudes em alguns dos líderes cabanos. Raiol, por exemplo, seu crítico mais contundente, mostrava-se incomodado quando reconheceu a altivez de Eduardo Angelim que rechaçou "patrioticamente" as pressões de um navio de guerra inglês que lhe exigia reparações morais e materiais pela pilhagem que os cabanos das Salinas fizeram no brigue *Clio*, também de bandeira inglesa[13]. O mesmo autor reconheceu também a retidão de Angelim que, ao abandonar o controle da cidade, entregou cada tostão que havia encontrado na Fazenda Real[14]. Do outro lado, os apologistas da Cabanagem como movimento de libertação nacional, exaltando sempre a figura dos líderes rebeldes, viam-se constrangidos ao tentar explicar as atitudes de violência extremada que a rebelião apresentou.

Empurradas para debaixo do tapete, essas virtuais contradições, acabavam novamente adormecidas. Sua recuperação efetiva impunha a tarefa de transpor os limites da produção historiográfica e inquirir novas fontes documentais para então se chegar a uma maior compreensão da base social da rebelião.

---

12 Sodré, N. W. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1943, p. 246.

13 Raiol, op. cit., pp. 944-6.

14 Idem, ibidem, p. 959.

Nossa perspectiva de abordar o tema a partir de outros suportes teóricos acabou fortalecida com a recuperação das informações contidas em cinco códices do Arquivo Público do Estado do Pará que traziam registros carcerários do *Defensora*, o navio-prisão para onde várias centenas de presos cabanos haviam sido despachados.[15]

As fontes carcerárias utilizadas ao longo da tese estavam longe de poder resolver definitivamente todos os problemas que cercavam a tarefa de identificação dos sujeitos sociais que formavam os grupos rebeldes, mas não pode haver dúvida que elas representaram um esforço significativo nesse sentido.

Embora a expectativa inicial fosse de que os indicadores trazidos por essas fontes acabassem descerrando a névoa que encobria "os rostos da multidão", permitindo uma melhor visualização do cabano insurreto, os resultados alcançados apontaram para uma gama bastante diversificada de tipos sociais, podendo-se inclusive dizer que praticamente toda a sociedade do Grão-Pará estava representada naqueles códices, embora a grande maioria dos presos apresentasse a dupla condição de serem "pobres" e "gentes de cor" (índios, tapuios, mamelucos, cafuzos, mulatos, pardos, negros, etc.).

Por outro lado, com o recurso às fontes carcerárias, a rebelião acabava menos impenetrável e alguns ícones das abordagens tradicionais ficaram comprometidos. Um deles, que identificava os rebeldes como turbas espontâneas constituídas prioritariamente por bandos de miseráveis e "desqualificados", cedia espaço para o reconhecimento de que, na maioria dos casos analisados, os grupos rebeldes foram formados por pessoas que tinham moradia fixa e respondiam por algum ofício (ocupação). De igual forma, menos que hordas itinerantes salteadores e "vagamundos", pareciam agir prioritariamente dentro dos limites de sua própria comunidade.

Por outro lado, estas fontes também contribuíram para reforçar a idéia de que os cabanos apresentavam fortes distinções internas, já que o poder repressivo tratava-os de forma diferenciada, como se reconhecesse atitudes e práticas diferentes por eles empreendidas no interior da rebelião. Assim, durante o processo de repressão, prisioneiros índios e mestiços acabavam sendo penalizados com maior rigor, enquanto a população branca insurgente aparecia como a maior beneficiária dos processos de soltura e anistia, muito embora sua condição de rebelde também fosse atestada.

---

15 Um estudo pioneiro a partir de um conjunto de fontes semelhantes foi o de Moreira Neto, C. A. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis, Vozes, 1988.

Embora não se deva esquematizar em demasia um movimento que apresentou em suas práticas de rebeldia uma gama diversificada de imbricações, interseções e antagonismos, é possível sustentar que cabanos brancos e não-brancos (e aqui o critério étnico é retomado apenas como *indicativo* de padrões de vida diferenciados), só ocasionalmente estiveram juntos na mesma luta, já que toda a carga de uma estrutura verticalmente hierarquizada, colocando-os em pólos opostos na sociedade, impedia a aproximação de demandas que, de resto, tinham pouca coisa em comum.

Por outro lado, a idealização das lideranças brancas (Malcher, Vinagre e Angelim, dentre outras) como elementos "do povo", partilhando com ele uma condição precária e marginal, tem sido outra falácia que precisa ser questionada. Os discursos dos cabanos que chegaram ao poder alinhavam-se perfeitamente com as intenções e perspectivas dos grupos dominantes, do qual faziam parte. Mesmo Francisco Vinagre, que não viera da cúpula econômica paraense – mas que, de arrendatário de terras no rio Acará, passou a comercializar seringas –, manteve-se como porta-voz dos interesses senhoriais e, como os demais, esforçou-se para desarticular e reprimir as manifestações autônomas dos movimentos populares, principalmente dos rebeldes negros.

Foi a contradição latente entre um movimento de protesto que se materializava a partir da cúpula da sociedade do Grão-Pará com aqueles que ganharam corpo nos extratos "inferiores" dessa mesma sociedade que suscitou a perspectiva de se trabalhar com a Cabanagem no plural, como uma revolta multifacetada, na qual antagonismos expressivos se materializavam tanto vertical, quanto horizontalmente.

As distinções internas não se configuravam também como meros desvios materializados na luta, seja pela incompreensão de um grupo de rebeldes, seja pela traição de algumas lideranças. Menos que um "racha" no interior do movimento, o que se viu foi a aproximação ocasional (e às vezes até oportunista) de trajetórias de tensões que vinham sendo gestadas há décadas na Província.

De um lado, abrindo uma crise na estrutura senhorial dominante, um grupo de proprietários e fazendeiros dissidentes manifestou seus desejos de ascensão social e seu crescente antagonismo com uma estrutura de poder que lhes negava espaços e representatividade. Incorporando um vago discurso liberal, souberam canalizar seus inconformismos em um momento em que a crise institucional do Império Colonial Português se havia amplificado tanto pela emergência de um discurso antiabsolutista na Corte, quanto pela abertura do movimento emancipacionista na Colônia.

Usando a lusofobia como arma política, sedimentaram alianças com os setores populares, em uma atitude que parecia sublimar as contradições de ordem socioe-

conômica que ainda os opunha. Quando, finalmente o domínio português demonstrou não mais ameaçar as pretensões de ascensão social, o protesto político passou paulatinamente a ser encaminhado para o eixo das tensões que opunham nação e região, com o acirramento de protestos contra o descaso e a incúria da Corte do Rio de Janeiro. Para os liberais paraenses, a Corte do Rio nada mais era do que "um sorvedouro que engole todas as riquezas das províncias"[16]. Foi de posse desse discurso que um grupo de prósperos fazendeiros do rio Acará e de seus agregados ocupou a capital da província, reivindicando mais atenção ao Grão-Pará, apoio aos "filantrópicos" em suas lutas contra os "adotivos" e a nomeação de um paraense para o cargo de presidente da província.

De outro lado, vindo de uma trajetória de tensões bem diferenciada, os setores populares tendiam a minimizar o peso das contradições intra-senhoriais, ou a incorporá-las de forma epidérmica, apenas na medida em que, por meio de sua incorporação, pudessem encaminhar demandas mais de acordo com suas vivências e expectativas. Seu leque prioritário de tensões, embora pudesse remontar aos primórdios do passado colonial, prendeu-se de forma mais clara à dinâmica imposta pela reestruturação econômica pretendida pela política pombalina, que engendrou os mecanismos legais que deram suporte para o enquadramento dos grupos étnicos-sociais que compunham a grande maioria da sociedade do Grão-Pará.

A opressão (econômica, política, social) exercida sobre os segmentos populares foi perceptível e favoreceu o encaminhamento de inúmeros protestos que, embora pouco estudados no âmbito dos estudos históricos regionais, foram uma constante em todo o período colonial. Esses enfrentamentos, importantes como mecanismos de intervenção social (principalmente para aqueles que não tinham acesso aos canais "legais" de participação política) na vida da província, tornaram-se cada vez mais violentos à medida que os métodos de controle e opressão iam se tornando cada vez mais despóticos por força da desestruturação econômica materializada na região em fins do século XVIII e início do XIX.

A participação desses segmentos populares na Cabanagem foi decisiva e deu o tom de toda a rebelião. Contudo, essa participação específica também não apresentava grande uniformidade; antes, cada segmento étnico-social tendeu a apresentar, na luta, demandas muito particulares, mas nem por isso irrelevantes. Essas contradições foram importantes também de serem percebidas, porque contribuíam para que ficasse bastante enfraquecida

---

16 Carrey, E. *Os revoltosos do Pará*. Trad. F. F. da Silva Vieira. Lisboa, Tipografia do Futuro, 1862, p. 224.

a idílica imagem de um movimento que se harmonizava internamente pela identificação estreita de seus membros – fossem índios, negros, brancos ou mestiços – com uma situação de penúria extremada. O mito da "democracia cabana"[17] não resiste a um simples olhar sobre as fontes documentais.

As fontes carcerárias compulsadas, bem como a documentação de época e os relatos de viagens, forneceram as pistas (sempre fragmentárias e parciais), por onde buscou-se analisar o conjunto dessa participação popular. Ao longo da análise, deu-se destaque maior à oposição estabelecida, na luta, entre os setores populares e o grupo de rebeldes dissidentes do rio Acará, seguindo a intenção inicial de buscar um rompimento com as abordagens uniformizadoras. Em diversas oportunidades, essa tensão foi percebida e explorada em inúmeros exemplos incorporados ao texto, por onde se via que os populares (em suas diversas composições) tanto aceitaram quanto recusaram uma participação submissa.

Duas perspectivas teórico-metodológicas balizaram prioritariamente a tentativa de recuperação dessas ações, e a primeira delas é a percepção de que os populares, ao contrário da tradicional postura que a eles era atribuída, como sendo errática, inconseqüente e submissa, demonstraram possuir uma compreensão própria tanto do movimento quanto das suas ações, manifestando noções legitimadoras e autoconscientes[18], o que os levava a canalizar seus protestos, entabulando ações de violência física contra alvos que nada tinham de aleatórios.

Desse aporte resultou também a recusa das interpretações que viam os movimentos populares como estando sempre "a reboque" dos interesses dos grupos dominantes, que os manipulavam e cooptavam a partir de seu campo próprio de preocupações. Pelo contrário, em mais de uma oportunidade, as ações populares mostraram autonomia. Neste sentido, basta lembrar os momentos em que os insurgentes negaram a orientação nativista que lhes vinha de cima, para entabular ações a partir de suas próprias demandas. Um exemplo dessa atitude aparece no relato de Emille Carrey (viajante francês que presenciou a ação cabana), quando este reproduz o diálogo de um grupo de rebeldes que se defronta no meio do rio com uma embarcação que trazia um fazendeiro em fuga. Acompanhando o diálogo, percebe-se que a orientação nativista emerge solitária na voz da liderança branca que comanda o grupo insurgente, mas acaba sufocada pela

---

17 Cf. Chiavenato, J. J., op. cit., p. 12.

18 Os termos são recuperados a partir de Thompson, op. cit., p. 152.

recusa coletiva e imediata do grupo, evidenciando dimensões típicas da luta de classes. Eis o diálogo:

> – Esse não é português, disse ele; é brasileiro como nós. Deixemo-lo e entremos no Mojú; lá não faltam engenhos!
> Mas um dos malvados gritou:
> – Não, não, é um fazendeiro. Morra como os outros![19]

Intimamente associado a este, a segunda perspectiva é a que propõe o entendimento dos movimentos de revoltas e protestos populares a partir de seus próprios termos e não filtrados pelo binômio *revolta-revolução*, por onde a rebelião acabava sempre sendo desconsiderada como algo menor e até mesmo desprezível, já que incapaz de transformar radicalmente as estruturas sociais. Nesta perspectiva, foi importante perceber que as ações violentas da "plebe" encaminhavam-se, muitas vezes, para fora da órbita do poder político institucionalizado, voltavam-se para as oposições intramuros, nas quais, de fato, as estruturas de poder e submissão eram, muitas vezes, percebidas com maior ênfase.

Não foi à toa, portanto, que em diversas ocasiões os escravos tentaram reverter uma situação que lhes era desfavorável, impondo castigos aos seus antigos senhores; castigos estes que eram sempre correlatos aos que eles mesmos recebiam em sua vivência cotidiana. Dentro dessa mesma lógica, enquadravam-se todas as ações cujo resultado produzia inversões, simbólicas ou não, dos papéis sociais vigentes. Subvertendo uma ordem nada natural, a rebelião abria espaços para o revide, e, assim, vítimas e algozes viam-se novamente, frente a frente, agora numa inusitada troca de papéis.

Ao longo da tese, buscamos dar destaque maior para dois conjuntos de contradições sociais que, estando afloradas na sociedade do Grão-Pará, acabaram se mostrando igualmente relevantes no interior da Cabanagem. A primeira delas dizia respeito aos soldados compulsoriamente incorporados, em um processo que, cada vez mais ampliado, apenas camuflava o lento desenvolvimento de uma nova forma de controle sobre a força de trabalho regional, principalmente a de origem indígena. Já a segunda estava ligada à participação da população negra escrava da província, cada vez mais crescente e incômoda[20]. Seus protestos e lutas em prol de sua emancipação, embora tenham se

---

19 Carrey, op. cit., pp. 305-6. O autor registrou a seguir que "vinte vozes seguiram o grito sanguinário".

20 Pinheiro, L. B. S. P. "De Mocambeiro a Cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX". *Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos*. Brasília, v. 1, 1999, pp. 148-172.

mostrado extremamente ricos no Grão-Pará, ficaram silenciados por uma historiografia que sequer os conseguia enxergar como componentes da sociedade regional.

Com efeito, os escravos foram a pedra de toque da Cabanagem, na medida em que suas ações claramente foram encaminhadas com autonomia frente aos demais grupos rebeldes. Por isso mesmo, suas manifestações dirigiam-se, indistintamente, para aqueles que representavam a manutenção da ordem senhorial e a continuidade do cativeiro. Por isso mesmo também sobre eles recaiu toda a fúria repressiva das autoridades legais e dos grupos cabanos que estavam mais associados aos dissidentes do rio Acará. Durante toda a revolta, a perseguição e morte de suas lideranças mais expressivas, como os negros Diamante e Patriota, foram parte do preço que tiveram de pagar para reinventar a liberdade.

Por fim, cabe salientar que os despojos das principais lideranças nativistas do Pará (Batista Campos, Vinagre e Angelim) jazem hoje serenamente adormecidos sob um "memorial" projetado por Oscar Niemayer. Suas memórias, sempre límpidas e inabaláveis, pululam agora nos livros de história dos alunos de todas as séries das escolas públicas de Belém. Seus nomes figuram também em praças, ruas e escolas. Ancorados sobre seus ombros, pessoas sérias e dignas como Jorge Hurley buscaram reabilitar um evento extremamente traumático para toda a população da Amazônia, lendo "a contrapelo" aqueles acontecimentos.

Em que pese os enormes avanços havidos até aqui, a "reabilitação" da Cabanagem dificilmente será concluída, sem que os corpos de gente como Patriota e Diamante sejam retirados da vala comum à qual uma "historiografia bem comportada" os relegou, como que para servir de esteira, por onde "todos os que até hoje venceram" continuam seguindo em seu "cortejo triunfal".[21]

Uma proposta de reabilitação integral da Cabanagem de forma alguma deve ser associada com a intenção de abrir espaço para a incorporação efusiva de mais um, dois ou dez "heróis populares". A conseqüência mais previsível de toda e qualquer fabricação de heróis (novos ou antigos) sempre foi o aumento da mitificação grosseira, retirando dos múltiplos agentes sociais (antigos ou novos) o dom intransferível de formar, transformar e interferir na sociedade em que vivem.

---

21 Benjamim, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 225.

O tempo dos cabanos chegou ao fim, da mesma forma como também passou o tempo de seu movimento, e esta é uma evidência da qual não se pode fugir. Nem por isso é correto sustentar que ela tenha sido uma "luta perdida" para a história[22]. As lutas sociais, principalmente os grandes embates, pelas quais uma pequena parte daqueles que compõe a humanidade oprimida se lança, confiante, contra a opressão, dando seu sangue e vida; estas lutas jamais se perdem ou desaparecem integralmente, mesmo quando não conseguimos mais perceber a sua presença com facilidade.

A Cabanagem foi uma dessas lutas em que todo o sangue derramado fertilizou o terreno de onde são diariamente colhidas a força e a inspiração para lutar por tudo aquilo que hoje julgamos justo e digno. Vista por esse ângulo, ela de fato se mantém viva e permanecerá assim por muito tempo.

---

22 Silveira, I. B. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém, Secult, 1994.